IV — Informação sobre a avaliação da qualidade do ensino:

Referência à utilização do questionário de avaliação do ensino da NMS|FCM-UNL, disponível *on-line*, ou de outro instrumento de recolha de opinião.

V — Opcional: Glossário de termos técnicos específicos da UC.

(¹) Recomendações quanto ao conteúdo da ficha curricular

Pretende-se que a ficha curricular contenha os detalhes fundamentais respeitantes à definição curricular da UC e que esteja dedicada sobretudo ao que é estático ao longo do semestre. As limitações de caracteres são as impostas pela agência avaliadora (A3ES). Assim, por exemplo, devendo a ficha conter uma listagem de conteúdos, reserva-se ao autor a opção de indicar aos alunos a progressão e o detalhe nesses conteúdos numa lista calendarizada em documento à parte exposto na intranet. Isto é, poderá, se assim se entender, colocar os aspetos organizacionais do quotidiano em listas e calendários à parte e referidos a partir da ficha curricular.

14 de janeiro de 2019. — O Diretor, *Professor Doutor Jaime C. Branco*.

311976201

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Engenharia

Aviso (extrato) n.º 2073/2019

Procedimento Concursal de Recrutamento e contratação de Investigador Doutorado

Nos termos do disposto do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na redação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, torna-se público que a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar do dia útil imediato ao da presente publicação, de procedimento concursal de recrutamento e seleção de um Investigador Doutorado para o exercício de atividades no âmbito do Projeto “AGRONAUT — Agronomic Impact of Sludge Amendment Using a Comprehensive Exposure Viewpoint”, com a referência POCI-01-0145-FEDER-029425, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do COMPETE2020 — Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC). A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil pretendido, da composição do júri e dos critérios de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico em <http://www.eracareers.pt/> e em https://sigarra.up.pt/feup/noticias_geral.lista_noticias#gruponot12

21 de janeiro de 2019. — O Diretor da FEUP, *Professor Doutor João Bernardo de Sena Esteves Falcão e Cunha*.

311996411

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Despacho n.º 1335/2019

Por despacho de 14 de janeiro de 2019, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º dos Estatutos do Instituto Politécnico da Guarda, cumprida que foi a formalidade prevista no n.º 2 do mesmo artigo, foram nomeados para Diretor(a) das Escolas Superiores de Educação, Comunicação e Desporto, de Tecnologia e Gestão, de Turismo e Hotelaria e de Saúde os seguintes Professores:

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto:

Prof. Rui Manuel Formoso Nobre Santos.

Escola Superior de Tecnologia e Gestão:

Prof. Doutor António Mário Ribeiro Martins.

Escola Superior de Turismo e Hotelaria:

Prof. Doutor José Alexandre dos Santos Vaz Martins.

Escola Superior de Saúde:

Prof.ª Paula Cristina do Vale Lopes Pissarra.

19 de janeiro de 2019. — O Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, *Prof. Doutor Joaquim Manuel Fernandes Brigas*.

311994362

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Despacho n.º 1336/2019

1 — Considerando a minha eleição e tomada como Presidente do Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), unidade orgânica do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e a consequente caducidade da delegação de competências operada pelo Despacho n.º 12087/2016, de 26 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 10 de outubro de 2016, no anterior Presidente da Escola;

2 — Considerando o disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), 95.º n.º 3 da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior -RJIES) e 30.º dos Estatutos do IPL, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 20/20019, de 21 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2014, de 10 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 10 de novembro, o Conselho de Gestão delegou no Presidente do ISCAL a competência prática dos atos previstos nos pontos 1.1 e 1.2 do Despacho n.º 12087/2016, de 26 de setembro, assim como, autorização prevista no n.º 2 do referido despacho;

3 — Considerando a delegação de competências prevista no Despacho n.º 5831/2018, de 17 maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho, bem como o disposto no artigo 42.º do CPA, no âmbito dos despachos supracitados, nas minhas faltas e impedimentos ou quando necessário a assegurar os princípios adjacentes ao regime da administração financeira do Estado, subdelego em matéria de gestão financeira e patrimonial:

3.1 — A competência para autorizar despesas que se mostrem necessárias ao cumprimento dos planos de atividades e ao normal funcionamento da escola, no âmbito da execução do orçamento atribuído, até ao limite de 75.000 € (setenta e cinco mil euros), obedecendo às regras previstas para a contratação pública, no Vice-Presidente Fernando Paulo Marques de Carvalho e na ausência ou impedimento deste, juntamente com impedimento ou ausência do Presidente, no Vice-Presidente Pedro Miguel Baptista Pinheiro e na Diretora de Serviços Sílvia Susana Neto Correia de Moura Ferreira a competência para autorizar despesas ou pagamentos com locação de bens e serviços até ao montante de 1.500 € (mil e quinhentos euros).

4 — Subdelego na Diretora de Serviços Sílvia Susana Neto Correia de Moura Ferreira a prática de todos os atos que envolvam arrecadação de receita que resulta da atividade da escola/instituto e na sua ausência ou impedimento, no Coordenador dos Serviços Financeiros João Ricardo Bárrios Luz.

5 — Nas minhas ausências e impedimentos, subdelego no Vice-Presidente Pedro Miguel Baptista Pinheiro e na ausência ou impedimento deste, juntamente com impedimento ou ausência do Presidente, na Diretora de Serviços Sílvia Susana Neto Correia de Moura Ferreira em matéria de recursos humanos:

5.1 — Outorgar os contratos de pessoal docente, decorrentes da aprovação em concursos ou de contratações como convidados ou monitores, com observância das regras previstas no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, desde que tenha havido a prévia cabimentação orçamental e respetiva autorização presidencial para a abertura do concurso ou para a contratação como convidado ou monitor;

5.2 — Conceder ao pessoal docente e não docente as licenças sem remuneração por período não superior a um ano, nos termos do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

5.3 — Reconhecer ao pessoal docente e não docente os acidentes de trabalho e as doenças profissionais reguladas pelo Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pelo artigo 9.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro;

5.4 — Autorizar ao pessoal docente e não docente as deslocações em serviço público, em território nacional;

5.5 — Decidir sobre horários de trabalho do pessoal não docente afeto à respetiva unidade orgânica e autorizar trabalho extraordinário, com respeito pela legislação vigente.

6 — Nas minhas ausências e impedimentos, subdelego no Vice-Presidente Fernando Paulo Marques de Carvalho e na ausência ou impedimento deste, juntamente com impedimento ou ausência do Presidente, no Vice-Presidente Pedro Miguel Baptista Pinheiro em matéria de gestão académica:

6.1 — Assinar e rubricar os suplementos aos diplomas dos estudantes que concluíam os respetivos cursos.